

Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada?

Adriana Veríssimo Serrão¹

Resumo: Em vez de considerarem o problema da distinção entre Natureza e Paisagem, posição típica das teorias de Georg Simmel e de Joachim Ritter, os debates contemporâneos incidem sobretudo na questão da naturalidade do natural, e em particular na possibilidade de restituir à paisagem a naturalidade perdida.

Palavras-chave: Paisagem, natureza, Georg Simmel, Rosario Assunto, ética ambiental, estética.

Abstract: Instead of considering the problem of distinguishing between Nature and Landscape, typical position of the theories of Georg Simmel and Joachim Ritter, contemporary debates focus mainly in the question of the naturalness of the natural, and in particular the possibility to refund to landscape naturalness lost.

Keywords: landscape, nature, Georg Simmel, Rosario Assunto, environmental ethics, aesthetics.

¹ Docente da Universidade de Lisboa. O presente texto reformula, com alterações e desenvolvimentos, o artigo "La nature retrouvée à travers le paysage", publicado em Actas do Colóquio "ACT 21 – Naturalismo(s)", Kelly BASÍLIO (org.), Centro de Estudos Comparatistas, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011, pp. 59-74.

Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada?

I – Ver a Natureza enquanto Paisagem

No estudo de 1913, que inaugura a reflexão filosófica contemporânea sobre a essência da paisagem, Georg Simmel estabelece os traços fundamentais desta categoria do pensamento humano, diferenciando-a do conceito de Natureza:

Observar como paisagem uma parcela de solo com o que se encontra por cima significa considerar uma secção da natureza, por sua vez, como unidade – o que se afasta inteiramente do conceito de natureza.

Por Natureza entendemos a infinita conexão das coisas, a ininterrupta procriação e aniquilação de formas, a unidade fluente do acontecer, que se expressa na continuidade da existência temporal e espacial. (SIMMEL, 1989: 472).²

“Paisagem” corresponde, na descrição simmeliana, a uma peculiar esfera da realidade, por assim dizer, a uma camada intermédia, distinta, por um lado, dos elementos singulares identificáveis um por um e, por outro, da Natureza, a totalidade indivisível onde a continuidade espacial é conduzida pelo ininterrupto fluxo do devir. Não tendo a Natureza partes no espaço nem cortes no tempo, resta perceber como teria a consciência formado a noção de paisagem, uma vez que esta implica um recorte nesse todo omni-englobante para nele destacar algumas das suas partes, que no entanto apenas existem nesse mesmo momento que as apercebe e apreende como “esta paisagem”.

² Georg SIMMEL, "Philosophie der Landschaft"; as referências remetem para a *Gesamtausgabe*, hrsg. von Otthein Rammsted, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989 et ss., vol. 12 (Aufsätze und Abhandlungen, 1909-1918. Bd. I.), p. 472; sigo a tradução portuguesa publicada em *Filosofia da Paisagem. Uma Antologia*, A. Veríssimo SERRÃO (coord), Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011, pp. 42-51.



Percepção (do sujeito) e constituição (do objecto) são aqui um único acto, sendo a paisagem uma forma de ver o mundo natural não enquanto tal, como um em-si, mas já modelado pelo olhar humano:

“Uma porção de natureza” é, propriamente dita, uma contradição interna; a natureza não tem porções, ela é a unidade de um todo e no instante em que se lhe retira qualquer coisa esta deixa pura e simplesmente de ser natureza, precisamente porque só pode ser “natureza” no seio dessa unidade sem limites, como vaga desse fluir global.(SIMMEL, 1989: 471)

Para que este modo de ver a natureza em secções tivesse podido instalar-se na consciência foi necessário que os elementos fossem previamente arrancados da sua raiz, cortados da cadeia que os prende à vida e tomados um por um como coisas isoladas; seguidamente, foi preciso que a percepção os recompusesse e os voltasse a reunir numa nova unidade, i.e, numa “porção da natureza.” O facto de a síntese pressupor a análise ou, por outras palavras, que a reunificação tenha como condição a decomposição, explica, segundo Simmel, o nascimento tardio da noção de paisagem na cultura ocidental, historicamente situado no advento da Modernidade, e cuja prova se encontra na invenção, na época do Renascimento, da paisagem como género da pintura. De facto, esta forma de captar o mundo seria já uma resposta ao espírito de divisão prevaiente não só na vida prática, mas também no domínio teórico, bem evidente nas suas manifestações dominantes: – uma civilização urbana que se afastava do labor da agricultura, liberta da obediência à sucessão do dia e da noite e aos ciclos das estações que regulam a existência no campo; – a mecanização do trabalho e das actividades profissionais submetidas a uma regulamentação convencional e artificial; e ainda a crescente

Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada?

especialização requerida pelo método científico, que foi aplicando o seu estudo a zonas cada vez mais delimitadas do real para nelas estabelecer leis, conexões constantes entre os fenómenos, que se traduzem matematicamente.

A incapacidade do homem moderno em participar do movimento vital e reconhecer-se como elemento desse mesmo dinamismo levou-o por fim a tomar-se como um ser independente – podendo colocar a natureza à sua frente ou conceber-se a si próprio sem a natureza –, como ilustram as sucessivas figuras da subjectividade e da racionalidade da época moderna. A admiração que desde os tempos arcaicos envolvia a Natureza de uma aura religiosa ou, na metafísica clássica, as concepções da natureza como ordem do mundo (*kósmos*) ou perpétua geração e corrupção dos seres (*physis*) foram substituídos pelo sentido e pela apreciação da paisagem, uma composição mista do *em si* e do *para nós*, unicamente possível por intermédio da intervenção do homem e como reflexo da sua forma de apreender o mundo circundante.

A ideia de paisagem enquanto forma espiritual estaria assim associada, desde o início, à nostalgia da Grande Natureza, do Uno-Todo presente em todas as coisas; a unidade de espírito e natureza aconteceria apenas enquanto experiência estética, única via que pode superar a segmentação do mundo em pedaços justapostos no espaço para os captar como pequenas unidades integradas ou porções (*Stücke*) de natureza animada. A experiência da natureza como paisagem acontece quando a intensidade da percepção se une a um sentimento de unidade, a sintonia (*Stimmung*), uma tonalidade subjectiva onde a temporalidade da consciência do observador torna pregnantes todos os



elementos e os funde numa intuição, como esta paisagem única, e não uma outra qualquer:

se a *Stimmung* é um momento, ou talvez o momento essencial, que reconduz as partes separadas à paisagem como uma unidade sentida – como pode acontecer que a paisagem só exista, só possua uma "*Stimmung*", quando é observada como unidade, e não antes, na mera soma de partes soltas? (SIMMEL, 1989: 479)

Simmel insere a paisagem no conjunto das formas mentais e acentua a essência sintética do processo segundo o qual o espírito fragmenta o mundo para voltar a recompô-lo, mas ao colocar a ênfase na idealidade do processo não põe em causa a naturalidade da matéria, dos elementos, dos seres, das forças – este rio, estas nuvens, estas árvores – que a compõem:

a sua base material ou as suas partes singulares podem, sem mais, ser tidas como natureza – representada como “paisagem”, ela exige um ser-para-si, porventura óptico, porventura estético, porventura conforme à *Stimmung*, uma característica singular que a destaque daquela unidade indivisível da natureza, na qual cada porção mais não pode ser do que um ponto de passagem para as forças totais da existência. (SIMMEL, 1989: 472)³

Categoria mista, cultural pela forma e natural pelo conteúdo, a paisagem é sempre uma síntese de subjectividade e objectividade, duplicidade de realidade e idealidade, em que Vida e intuição da Vida são indissociáveis. A leitura de Georg Simmel tornou-se um clássico por mostrar o carácter paradoxal desta apreensão do mundo e desfazer a posição, óbvia para o senso

³ Entre as numerosas interpretações deste ensaio, veja-se de Paulo Frazão ROBERTO, “A harmoniosa pregnância vital da paisagem natural em Georg Simmel”, *Philosophica*, Lisboa, 29 (2007), pp. 65-85.

Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada?

comum, de qualquer coisa que já está aí antes de a percebermos. Sujeita a críticas por parte de outros teóricos que o acusam de reduzir a paisagem a um acto perceptivo em que prevalece a visualidade, o certo é que o facto de sublinhar a subjecto-objectividade confere ao ensaio “Filosofia da Paisagem” uma amplitude tal que pode acolher outras concepções, quer estas destaquem o lado objecto, quer o lado sujeito, sem contudo esquecer o elo estabelecido com a base principal da Natureza, única fonte produtora das suas manifestações.

As grandes teorias que o período final do Iluminismo e do Romantismo produziram confirmam-no retrospectivamente. Referimo-nos seguidamente a duas dessas mais imponentes teorias da paisagem, provenientes, uma da filosofia da arte, a outra, da geografia.

Segundo Carl Gustav Carus, as paisagens são “fisionomias da Terra”, sinais da variedade dos seus traços visíveis e invisíveis, que o olhar do pintor científico objectiva em obra de arte, sendo a própria pintura um saber de elevado estatuto que combina a intuição estética com a ciência das profundezas que se ocultam ao olho nu. Investigação da natureza que ultrapassa a superficialidade das explicações assentes na simples relação de causa e efeito, a pintura ultrapassa a aparência para captar as particularidades de cada paisagem natural, do seu rosto e nas suas expressões diferenciadas, não genéricas, quase pessoais:

Se o carácter específico do aspecto exterior foi correctamente apreendido, será, então, possível descobrir a ligação permanente entre este aspecto e a estrutura interna. Resumindo, estabelecer uma *fisiognomia das montanhas*. (CARUS, 1982: 98)



A pintura da paisagem que Carus propõe nas suas *Cartas* distingue-se de uma mera representação ou de um tema acessório da pintura – um fundo plano, observado de uma janela ou de um ponto exterior; ou de qualquer outra expressão exclusivamente plástica, que ignora ou despreza as propriedades reais que caracterizam cada espécie mineral, vegetal ou animal. É o sujeito principal, o protagonista. Seria, pois, necessário um outro termo para nomear este estudo sério, que transmite o conhecimento do corpo animal até ao corte anatómico, uma “zootomia”, e procura mesmo comunicar um conhecimento global da Terra, uma “geognosia”, revelando a exterioridade e a interioridade desse duplo rosto que caracteriza o imenso esqueleto a que chamamos globo:

o termo banal de paisagem já não é suficiente [...] Seria necessário procurar e introduzir um outro termo, que aqui proponho: *imagem da vida da terra (Erdlebenbild)*, *arte da imagem da vida da terra (Erdlebenbildkunst)* – este termo evoca, mais do que o de paisagem, creio, o ideal que aqui quis erigir. (CARUS, 1982: 68)

Alexander von Humboldt, o geógrafo que busca na diversidade das zonas dos dois hemisférios, o harmonioso elo entre as forças que governam o cosmos é, simultaneamente, aquele que apresenta as paisagens, na sua qualidade de artista, enquanto vistas (*Ansichten*) da natureza banhadas em límpidas atmosferas e caracteres particulares: cada zona tem a sua beleza. Instrumento de inquirição, a viagem científica espraia-se a longínquos continentes, como entendimento universal. A objectividade do geógrafo, cuja

Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada?

finalidade consiste na elaboração da tipologia das múltiplas faces do mundo, não contradiz o prazer de descobrir esses espaços que desabrocham em novidade, numa aliança entre a geografia e a estética, conforme enuncia no Prefácio de *Ansichten der Natur*, onde se lê:

Unir o intuito literário ao puramente científico, descrever a natureza a fim de recriar o melhor possível o prazer imediato da apreensão visual e, simultaneamente, contribuir para uma melhor compreensão da conexão das forças naturais. (HUMBOLDT, 2003: 6-7)

A paisagem tropical de Cuba, as cataratas de Orinoco e as estepes da Ásia Central já não são exóticos e imprecisos lugares do imaginário Europeu. Ao invés, revelam-se lugares concretos, agora, dotados de uma ordem própria, onde sob a profusão das espécies autóctones – como os exemplares geológicos, da fauna e da flora – esculpidas pela acção climática é sempre a magna Natureza que respira. O global e o local não constituem, pois, alternativa:

Aquele que sabe abraçar a natureza com um olhar, sem interferência dos fenómenos locais, pode aperceber-se que, ao ir dos pólos em direcção ao Equador, com o aumento do calor vivificante, aumenta a força vital dos organismos e a abundância de vida. Mas, neste crescimento exponencial, a cada região foi reservada uma beleza particular: aos trópicos, a variedade e a grande dimensão de formas das plantas, ao norte, a vista das pastagens e o periódico despertar da natureza ao primeiro sopro do ar primaveril. Possuindo traços distintivos, cada região apresenta também um carácter específico [...]. O que o pintor indica através de expressões, tais como a natureza suíça ou o céu italiano funda-se no obscuro sentimento do carácter natural local. (HUMBOLDT, 2003: 73-74)



A par destas concepções unitárias e complexivas da Grande Natureza considerada na sua densidade ontológica e na sua escala cosmológica, outros usos do termo persistem, particularmente na linguagem corrente, registados em todos os dicionários, usos esses que mantêm a ambiguidade do vocábulo “paisagem”, simultaneamente como realidade (“porção de território”) e como representação ou descrição (pictórica ou literária). “Paisagem” é um termo que cada vez mais se aplica ao domínio não natural – como são exemplo, as paisagens urbanas, industriais ou lunares –, quer seja utilizada também para descrever o universo interior e ultra-subjectivo das paisagens oníricas e afectivas, que formam os materiais psicológicos da criação poética.

Se retomarmos o nível das teorizações, de resto muito pobres, ao longo do século XX, notaremos como um tópico comum a identificação da paisagem com o campo, sempre abordada do ponto de vista do homem urbano, desligado da cidade, mas que louva os benefícios da plácida existência rural⁴. A clivagem entre natureza e cultura, fixada desde o fim do século XVIII como duas ordens distintas, acabará por reduzir a paisagem – como Joachim Ritter analisou no seu estudo de referência obrigatória “Paisagem. Sobre a função do estético na sociedade moderna”, de 1963 – a intocados

⁴ A redução da paisagem ao campo e aos valores regionalistas encontra-se claramente exposta em Fr. PAULHAN, *L'esthétique du paysage*, Paris: Librairie Félix Alcan, 1913 e em J. M.^a Sánchez de MUNIAIN, *L'estetica del paisaje natural*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Publicaciones "Arbor", vol. II.,1945. Sobre o esquecimento, ou o desprezo do valor estético da natureza, ao longo de todo o século XIX e de quase todo o século XX, veja-se, entre outros, Paolo D'ANGELO, *Estetica della natura. Bellezza naturale, paesaggio, arte ambientale*, Roma-Bari: Editori Laterza, 2000 (particularmente o capítulo intitulado "Piccola storia del bello naturale", pp. 35 ss) e Luisa BONESIO, *Paesaggio, Identità e Comunità tra locale e globale*, Reggio Emilia: Diabasis, 2007 (de que destacamos o capítulo intitulado "Un secolo ostile al paesaggio").

Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada?

restos resistentes ao movimento destruidor da civilização ou a intervalos, cada vez mais limitados, entre as cidades que se expandem: é o que resta de natureza, entre a cultura e a história. Ritter mostrou exaustivamente a função compensadora desempenhada pelo conceito de paisagem nas sociedades industrializadas, lugares que conservam o que o progresso expulsou e cuja fruição já não é espontânea nem separável da sublimação do gosto preparado pelo hábito intelectual das produções artísticas, pressupondo, ao invés, a consciência da superioridade da liberdade sobre a natureza. O sujeito que as sabe apreciar é o burguês que aí não vive: “A estética da paisagem é [...], no fundo, a ilusão da natureza perdida no seu todo.” (RITTER, 1974: 182)

II – O Regresso da natureza sob a paisagem

O considerável florescimento das teorias da paisagem, provenientes sobretudo da Estética, constitui um movimento teórico de contornos bem delineados, que desde os anos 70 do século XX não cessa de se produzir na Europa e nos Estados-Unidos e que parte, pelo contrário, de pressupostos diferentes. O que marca, a despeito de diferentes orientações, a sua base comum e a sua homogeneidade é a intersecção de uma certeza e de uma dúvida. A certeza – cada vez mais enraizada e não contestada – quanto ao declínio do mundo natural, levando dia após dia ao desaparecimento de espécies vivas, à diminuição dos recursos primários e ao aquecimento global da Terra, em suma, a um empobrecimento da natureza, devido principalmente



à acção humana. Por outro lado, devido às consequências imprevisíveis desencadeadas pela poluição química e a manipulação genética, instalou-se de uma vez por todas a dúvida acerca da naturalidade da natureza.

A situação actual não se satisfaz com a ideia de um simples cruzamento entre natureza e cultura a que épocas anteriores nos acostumou, porque o considerava como positivo e admitia que o agir humano se poderia espalhar sem limites, sem prever inteiramente as consequências futuras. Trata-se agora de um apelo geral para um estado de alerta. A questão actual da paisagem acompanha a crise da Natureza, pois, quer enquanto estrutura basilar em perigo, quer enquanto crise da sua naturalidade, a distinção entre natural primevo, ou intocado, e natural trabalhado ou intervencionado, já mal se consegue discernir.

Paradoxalmente, a extensão das cidades tornadas gigantes isolados exigiu a expansão, e não a contracção, da noção de paisagem, que já não designa as porções tradicionais, idílicas ou maravilhosas ainda virgens; menos ainda designa o fundo teatral, a decoração, o enquadramento, a vista e o panorama, noções que a desvalorizam como objecto secundário ou oferecido à simples contemplação, mas os espaços integrados onde se desenvolve a vida concreta das pessoas, lugar de habitação, espaço de vida. Um texto legislativo como a *Convenção Europeia da Paisagem*, de 2000, fez-se claramente eco desta intersecção entre território natural e vida humana:

Paisagem designa uma parte do território, tal como é percebida pelas populações e cujo carácter resulta da acção de factores naturais e/ou humanos e das suas interrelações.

Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada?

Face à paisagem actual, quando a natureza se esconde, quase desaparecida, assistimos, por assim dizer, a uma inversão da questão colocada por Simmel: o problema não reside em compreender a paisagem “dentro” da Natureza, ou o processo que a destacou, visual e conceptualmente, enquanto fatia do mundo, mas sim em distinguir o que é que “dentro” da paisagem global, amplamente trabalhada, construída e modificada, i.e, transformada nos seus processos intrínsecos, é ainda natural ou o que na natureza pode ainda ser natural. Mais do que um tema, o *natural* tornou-se um problema, uma realidade inteiramente incerta, problemática.⁵

Se a filosofia estética retoma a tradição do primado do belo natural – criticado no período pós-kantiano, que se concentrara na temática da filosofia da arte –, fá-lo sem inocência, sem aquela certeza, firme até à Revolução Industrial, da distinção das ordens natural e humana. Pensar a natureza nos seus próprios termos”, “apreciar a natureza enquanto natureza”,⁶ não são meros títulos que chegaram à ordem do dia. Eles consagram um novo paradigma, ciente da urgência de procurar uma compreensão imanente da paisagem e da sua naturalidade, quando é esta mesma naturalidade que se desvanece. O esforço para ultrapassar as projecções antropomórficas que reduziam o sentido estético às tonalidades afectiva e às oscilações do gosto explica a aproximação preferencial às ciências da natureza, cujo objectivo é a

⁵ A problematidade do natural foi explanada por Martin SEEL na sua monografia intitulada: *Eine Ästhetik der Natur*, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997, pp. 20-28.

⁶ Cf Yuriko SAITO, "Appreciating Nature on Its Own Terms", in: A. CARLSON and A. BERLEANT (eds.), *The Aesthetics of Natural Environments*, Toronto: Broadview Press, 2004; Malcolm BUDD, *The Aesthetic Appreciation of Nature: Essays on the Aesthetics of Nature*, Oxford: Clarendon Press, 2002.



descrição empírica e realista, não representativa e não analógica com a mesura humana.

Duas posições, apesar de muito diferenciadas nos seus fundamentos epistemológicos e procedimentos metodológicos, partilham, contudo, a superação do psicologismo e do subjectivismo.

A primeira, desenvolvida por Rosario Assunto na sua obra magistral *Il paesaggio e l'estetica*, de 1971, baseia-se numa fundamentação metafísica segundo as categorias essenciais, intrínsecas, da Natureza e das modalidades espaço-temporais que lhe são exclusivas: a paisagem é um espaço especial atravessado por um tempo especial. Enquanto espaço, reúne simultaneamente três dimensões: a *finitude* (com excepção da limitação inapreensível da natureza total), a *abertura* (por oposição aos espaços fechados) e a *exterioridade* (em contraste com o espaço interior, por exemplo, o das casas). O tempo que o penetra não é nem linear, nem sequencial, nem mensurável como o tempo humano. É, ao invés, uma *temporalidade inclusiva*, porque qualitativa; uma *temporalidade circular*, sem início ou termo, que articula em unísono todos os seus elementos e todos os seus fenómenos. Uma meta-temporalidade sem envelhecimento: a cada transformação, por mais pequena que seja, a paisagem rejuvenesce; o mesmo é sempre diferente e o novo, por sua vez, cristaliza-se como semelhante.⁷ “Na paisagem a vida contempla a imagem mesma da temporalidade infinita” (ASSUNTO, 2005: 139), imagem visível da infinitude

⁷ Rosario ASSUNTO, *Il paesaggio e l'estetica* (1971); 2.^a ed., Palermo: Edizione Novecento, 2005 (consulte-se, em particular, os seguintes capítulos: "Metaspazialità del paesaggio" e "Il tempo della natura e la sua immagine").

Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada?

que nos é oferecida nas águas do rio, sempre idênticas, porém sempre novas, ou nas matérias vegetais multiplicadas pela ciclicidade das estações.

De sublinhar o tratamento que Rosario Assunto concede aos animais como componentes da paisagem. A presença do animal reitera a paz do momento qualitativo; o voo das aves é a liberdade da errância, o puro jogo, não conceptual, que se dá à sensibilidade contemplativa. Por outro lado, ela faz-se acompanhar da mobilidade, i.e, da imprevisibilidade, e daí, da sensação de perigo, de insegurança. Através dos animais, a natureza desdobra-se, quer como permanência e pacificação da finitude aberta, quer ao advertir-nos sobre a precariedade e a mortalidade, anunciando, por fim, a finitude humana. A continuidade do tempo metafísico é rasgada, devindo tempo existencial:

Esta ultrapassagem da vida no movimento e no olhar dos animais comporta algo de ameaçador: como se a presença do animal na paisagem colocasse em risco a nossa vida. (ASSUNTO, 2005: 105)

Se Rosario Assunto reconduz o privilégio da paisagem ao intersectar da dimensão supra-humana, infinita, e da esfera humana e finita, Malcom Budd procura a especificidade da experiência da natureza em relação à da arte, substituindo o psicologismo do gosto pessoal por uma apreciação consciente, que sabe integrar os fenómenos no nível correspondente de natureza e compreendê-los correctamente. Propõe, para tal, uma distinção de níveis, conduzindo uma fina análise daquilo que se deve entender em cada caso por “natureza”, a fim de ultrapassar os equívocos do termo e introduzir uma consciência mais viva: 1) a natureza tomada como um todo; 2) a biosfera da



Terra; 3) cada ecossistema; 4) cada género de espécimen (*item*) de coisa natural ou orgânica; 5) cada coisa natural ou orgânica específica; 6) cada acontecimento ou sequência de acontecimentos. (BUDD, 2002: 97)

Não dependendo de um prazer imediato, a apreciação requer o conhecimento dos aspectos verdadeiramente relevantes e das propriedades estéticas que cada nível possui em si mesmo. A experiência estética deve assentar sobre uma base objectiva. Budd defende este argumento, próprio de um cognitivismo moderado e que não deriva directamente a apreciação estética do conhecimento científico, mas reconhece, entre os conceitos oferecidos pelas ciências naturais, o ponto de apoio fundamental para decidir, face a cada nível, as suas qualidades e valores específicos. Saber que se trata de natureza, e não de um artifício devido à acção intencional, e saber de que aspecto da natureza se trata não pode senão enriquecer a percepção e produzir um julgamento mais correcto acerca das propriedades inerentes a cada coisa específica. A compreensão do singular, que face ao espécimen “esta árvore” permite identificar um ipê ou uma palmeira, ultrapassa os inconvenientes das teorias formalistas e dota a estética de uma segurança crítica. (BUDD, 2002: 97-106)

III. Naturalismo ou renaturalização?

A experiência estética, enquanto atitude de reflexão e prazer, que capta as coisas como elas são e as conserva sem intervir no seu ser, prestando atenção à presença do que está próximo, detém um lugar privilegiado no

Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada?

conjunto das dimensões humanas. É por esta razão que quando se passa do plano da contemplação para o da acção – em resposta à interrogação “o que devo fazer?” – esta comporta já uma ética da não violência, que modela o agir segundo o desinteresse, o respeito e o cuidado para com o outro.

Esta conexão subjectiva, tematizada na sua época por Kant e Schiller na ideia de uma racionalidade sensível onde admiração e juízo se entretecem, é hoje, não só retomada mas também acrescida de uma dimensão moral. Os seres humanos devem saber-se membros de uma comunidade alargada, feita de humanos e de não-humanos, em relação aos quais se impõe a responsabilidade dos nossos actos, requerida pelo seu bem-estar. Para além da ética subjectiva, ergue-se a objectividade moral, que ultrapassa a esfera inobjectivável do prazer e aceita a natureza e os seres naturais como dotados de valor intrínseco e, logo, como possuidores de direitos inalienáveis.

Regressando aos autores supracitados para confirmar possíveis conexões entre estética e ética, Malcom Budd defende a liberdade como derradeira instância do apelo da natureza (BUDD, 2002: 92, 147-148), enquanto Martin Seel argumenta a favor da moralidade intrínseca da natureza, onde o belo natural se apresenta como um bem ético (SEEL, 1997).⁸ Por sua vez, Rosario Assunto conduz a moralidade até ao derradeiro nível do fundamento metafísico da vida; a experiência vivida da paisagem emerge de uma sensação, física e multi-sensorial, que nos leva a comungar da materialidade do mundo⁹. Se as obras de arte “vêm até nós” para “viverem em

⁸Martin SEEL, *Eine Ästhetik der Natur*, cit., sobretudo o capítulo "Die Moral des Naturschönen".

⁹Rosario ASSUNTO, *Il paesaggio e l'estetica*, cit., pp. 128-136.



nós”, a qualificação da paisagem exige o movimento inverso de descentramento, o “sair de nós”; que o nosso corpo esteja presente, que “nós sejamos nela”. A sensação vital consiste nesta “experiência de nós próprios, enquanto aí habitamos.” (ASSUNTO, 2005: 164-165).

Estaremos diante de um novo naturalismo, como reacção ao excesso de culturização, o mesmo é dizer, de antropocentrismo, afirmação irrestrita da liberdade e do poder desmesurado dos humanos sobre todos os outros seres?

O termo parece, por um lado, perfeitamente adequado para designar este retorno às raízes ou ao fundamento da nossa existência inteira. Mas, se ele designa a obediência a um paradigma natural como ordem estável e permanente, naturalismo afigura-se inadequado face a um mundo natural tornado problemático, impossível de definir e de circunscrever quando as paisagens estão degradadas e a ideia de totalidade parece desmoronar-se¹⁰. Não sendo a questão já a de sentir a beleza do mundo, mas a de saber “como devemos agir?”, diversas possibilidades se desenham.

Situada num pólo extremo, a *Deep Ecology* propõe a expulsão da acção humana ou, pelo menos, a sua redução a um mínimo de inconvenientes e de vestígios: será necessário substituir o agir desregrado pelo não-agir, há que viver sem deixar traços¹¹. Menos rígido, o movimento italiano da Geofilosofia

¹⁰ Seria importante introduzir aqui outra questão, a que diz respeito às categorias negativas (como a ofensa, o dano, a destruição), para responder à interrogação de saber se a natureza degradada pode ser, ou pode ser julgada, ainda bela; cf sobre a complexa discussão dos valores negativos, Arnold BERLEANT, *Living in the Landscape, Towards an Aesthetics of Environment*, Kansas University Press, 1997, pp.15, 75.

¹¹ Arne NAESS, "The shallow and deep, long-range ecology movement", 1972. Cf para integrar este movimento no quadro das éticas não-antropocêntricas: Jorge Marques da SILVA, "Ecologia profunda – da Ecosofia à Política ambiental", na Antologia coordenada por Cristina

Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada?

propõe medidas de salvaguarda para os lugares naturais mediante programas semelhantes aos praticados para os monumentos históricos e culturais. É preciso conservar as paisagens na sua identidade mista de património natural, cultural e histórico tanto do Homem quanto da Terra-Gea.¹²

Um desafio inovador chega, porém, de fora da filosofia. De ora em diante, não será suficiente proteger ou conservar o que já existe, mas urge igualmente a sua recuperação. Esta proposição chega-nos da arquitectura paisagista, que trabalha no terreno e procura frequentemente *renaturalizar*, para devolver às paisagens empobrecidas e degradadas a capacidade de se desenvolverem novamente por si, retomando os processos de crescimento e de auto-regeneração imanescentes de que foram privadas. Restituir a liberdade à natureza, i.e., o equilíbrio e a espontaneidade, exige uma forma de colaboração: para se auto-regenerar, a natureza precisa do homem. A intervenção humana volta a ser requerida, desta vez, para reestabelecer, por uma acção, digamos, terapêutica, aquilo que a natureza e as suas paisagens, encontrando-se doentes em consequência da acção nefasta, já não podem fazer por si. Aproximamo-nos, assim, de uma ideia de homem, não mais rival e dominador, mas colaborador no reestabelecimento do princípio gerador, independentemente de o denominarmos estrutura ecológica, paisagem global ou *continuum naturale*.¹³

BECKERT et M. José VARANDAS, *Éticas e Políticas Ambientais*, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2004, pp. 211-226.

¹² Cf. de Luisa BONESIO, além do livro atrás citado, *Geofilosofia del paesaggio*, Milano: Mimesis, 2001.

¹³ Veja-se, entre os trabalhos da Escola Portuguesa de Arquitectura Paisagista: Gonçalo Ribeiro TELLES, "Paisagem Global. Um conceito para o futuro", *Iniciativa*, Número especial, Abril (1994); Manuela Raposo MAGALHÃES (Coord.), *Estrutura Ecológica da Paisagem*.



Em pleno século XIX, Ludwig Feuerbach já defendia que “a Natureza tem necessidade do Homem, tal como o Homem tem necessidade da Natureza” (FEUERBACH, 1994: 335),¹⁴ afirmação proferida na contracorrente das doutrinas dominantes da filosofia académica, difícil de compreender no contexto da época, porém antecipadora e premonitória de um mundo vindouro. Feuerbach procurava firmar os princípios de uma filosofia realista, equidistante do espiritualismo, que conduz ao empobrecimento da sensibilidade, e do cientismo, redutor da acção humana ao determinismo dos mecanismos físicos primários. Não constituindo o Naturalismo e o Humanismo, princípios alternativos, mas correlatos de uma colaboração fecunda, o homem deveria conduzir a sua existência sobre este elo indissolúvel.¹⁵

Num mundo que é já o nosso e contrasta com o optimismo futurizante de Feuerbach, escutemos novamente a mensagem de Rosario Assunto nesta afirmação sobre a paisagem:

A paisagem como realidade em que o homem habita: uma realidade de que, ao habitá-la, vive uma experiência directa e pode produzir, modificar para melhor [...] ou para pior; ou mesmo destruir, eliminando-a do seu próprio horizonte. (ASSUNTO, 2005: 15)

Conceitos e Delimitação – escalas regional e municipal, Lisboa: ISA Press, Instituto Superior de Agronomia, 2007.

¹⁴ Ludwig FEUERBACH, *Das Wesen des Christentums* (1841); *Gesammelte Werke*, hrsg. von Werner SCHUFFENHAUER, Berlin: Akademie Verlag, 1967 ss, vol. 5, p. 453; na trad. port. de Adriana Veríssimo SERRÃO, *A essência do cristianismo*, Lisboa: Gulbenkian.

¹⁵ Sobre o sentido e o contexto da equivalência entre Naturalismo e Humanismo no pensamento de Feuerbach, pode consultar-se o conjunto de artigos compilados em *Homem e Natureza em Ludwig Feuerbach*, org. Eduardo CHAGAS, Deyve REDYSON e Marcio Gimenes de PAULA, Fortaleza: Edições UFC, 2009.

Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada?

O destino solidário do Homem e da Natureza poderá apresentar-se sob a luminosidade da vida ou, pelo contrário, assumir contornos muito sombrios.



Referências Bibliográficas

- ASSUNTO, Rosario. *Il paesaggio e l'estetica* (1971); 2.^a ed., Palermo: Edizione Novecento, 2005
- BUDD, Malcolm. *The Aesthetic Appreciation of Nature. Essays on the Aesthetics of Nature*, Oxford: Clarendon Press, 2002.
- CARUS, Carl Gustav. *Zehn Briefe über die Landschaftsmalerei* (1815-1835), hrsg. und mit einem Nachwort von Gertrud Heider, Leipzig und Weimar: G. Kiepenheuer, 1982.
- FEUERBACH, Ludwig. *A essência do cristianismo*, Trad. Adriana Veríssimo Serrão. Lisboa: Gulbenkian, 1994.
- FEUERBACH, Ludwig. *Das Wesen des Christentums* (1841); *Gesammelte Werke*, vol 5, hrsg. von Werner Schuffenhauer, Berlin, Akademie Verlag, 1967.
- HUMBOLDT, Alexander von, *Ansichten der Natur* (1807), Stuttgart: Reclam, 2003.
- RITTER, Joachim. "Landschaft, Zur Funktion des Ästhetischen in modernen Gesellschaft", in *Subjektivität*, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1974.
- SEEL, Martin. *Eine Ästhetik der Natur*, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997.
- SERRÃO, Adriana Veríssimo (coord). *Filosofia da Paisagem. Uma Antologia*, Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.
- SIMMEL, Georg. "Philosophie der Landschaft"; as referências remetem para a *Gesamtausgabe*, hrsg. von Otthein Rammsted, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989 et ss., vol. 12 (*Aufsätze und Abhandlungen*, 1909-1918. Bd. I).